

# Ficha Informativa sobre Lógica

## Introdução.

O pensamento e a linguagem estão presentes em todos os domínios da nossa vida e a sua coerência depende do uso de alguns critérios, regras, leis ou princípios. Sem estes, não conseguiríamos articular, relacionar, organizar o que pensamos e o que dizemos e, conseqüentemente, não seríamos compreendidos. A coerência do pensamento e do discurso resulta da aplicação espontânea, natural, de leis e princípios lógicos, o que prova a existência de uma lógica natural. Então, se o homem pensa e fala naturalmente com lógica, para quê estudar lógica?

## Linguagem e pensamento.

O uso da linguagem faz parte essencial da vida e da acção humanas. É pela linguagem que o ser humano se apropria da realidade e é com ela que o nosso pensamento toma forma. Não podemos pensar sem palavras, não há pensamento sem linguagem, o pensamento opera-se e exprime-se numa linguagem. Jean Piaget, epistemólogo suíço do século XX afirmava: "aprendemos a pensar quando aprendemos a falar", querendo com isto dizer que a génese do pensamento e da linguagem está indissolúvelmente ligada.

Pensamento e linguagem encontram-se simultaneamente presentes no nosso discurso. Este traduz tanto o processo do pensar como o acto de comunicação linguística, ou seja, a enunciação do que se pensa. Podemos então definir discurso como manifestação do pensamento operado e expresso numa linguagem e, por isso, no discurso as dimensões linguística e lógico-racional são indissociáveis.

### PENSAMENTO

Conceito

Juízo

Raciocínio

### LINGUAGEM

Termo

Proposição

Argumento

## O que é a Lógica?

Etimologicamente, Lógica significa "ciência do *logos*". Por isso, podemos definir a Lógica como uma ciência que tem por objecto o pensar e que consiste no estudo das leis do pensamento. Trata-se de uma ciência que analisa os componentes dos nossos raciocínios, os conceitos e os juízos, estabelecendo as regras que nos permitem relacioná-los e realizar inferências, isto é, chegar a novos juízos. A lógica visa estabelecer o conjunto dos princípios e das leis do pensamento e tem um valor e uma finalidade prescritiva e normativa, pois diz como devemos proceder no uso da nossa capacidade de pensar.

Esta ciência ocupa-se do pensamento sob um ponto de vista formal, procura analisar a forma dos nossos pensamentos, independentemente do seu conteúdo. Nos raciocínios, o que é avaliado é o modo como as premissas e a conclusão estão encadeadas, isto é, a forma que devem ter, independentemente dos objectos em causa e das propriedades que tais objectos manifestam. O seu objectivo essencial é estabelecer as leis do pensamento correcto, isto é, constituir um conjunto de princípios e métodos a que deve obedecer o pensamento.

## Validade material e validade formal.

**MATÉRIA** - Conteúdo de um raciocínio.

Um pensamento, juízo ou raciocínio, **tem validade material** quando o seu conteúdo ou matéria se conforma com a realidade; dizemos então que se trata de um pensamento, juízo ou raciocínio, verdadeiro. A validade material refere-se à adequação entre o que pensamos e aquilo que o mundo é.

**FORMA** - Estrutura de um argumento.

Um pensamento, juízo ou raciocínio, **tem validade formal** quando os elementos que o constituem (conceitos no juízo, juízos no raciocínio) formam um todo coerente, sem contradição interna e sem compatibilidade. A validade formal refere-se à estrutura ou articulação dos elementos de um raciocínio ou argumento.

Analise os seguintes exemplos:

1. Em 350 a.C. Platão enviou um fax ao seu discípulo Aristóteles.

É um enunciado formalmente válido, correcto e legítimo. Sintacticamente bem construído, não contém contradição em si mesmo. Entre os seus membros não se detecta qualquer incoerência. Do ponto de vista da Lógica, nada há a opôr-lhe. Contudo, não tem validade material pois a sua conformação com a realidade não seria possível por duas razões: em 350 a.C. Platão já tinha falecido e nesse tempo não se sonhava sequer com faxes!

2. O rectângulo é um polígono de três ângulos.

Não obstante a sua correcta construção sintáctica, este enunciado contém uma impossibilidade formal, uma vez que a definição de triângulo implica a existência de três e não de quatro ângulos. Além disso, este enunciado não tem validade material porque seria impossível a sua conformação com a realidade.

3. Este triângulo tem quatro ângulos.

Dada a incompatibilidade e a contradição interna dos termos "triângulo" e "quatro ângulos", este enunciado não tem validade formal. E, uma vez que a sua conformação com a realidade é impossível, também não tem validade material.

4. Todo o triângulo é trilátero, portanto todo o trilátero é triângulo.

Embora sejam materialmente verdadeiras as duas proposições que constituem esta inferência, ela não tem validade formal porque não respeita a regra das conversões de uma proposição do tipo A, segundo a qual, uma proposição universal afirmativa converte-se numa proposição particular afirmativa (tipo I), tratando-se de uma conversão por limitação.

5. Todo o triângulo é quadrilátero, logo alguns quadriláteros são triângulos.

Embora sejam materialmente falsas as duas proposições que constituem esta inferência, ela possui validade formal porque respeita a regra da conversão das proposições do tipo A.

6. Todos os homens são mortais. João é homem. Logo, João é mortal.

É um enunciado formalmente válido, porque é correcto e legítimo o trânsito das premissas (as duas primeiras afirmações) para a conclusão (última afirmação). Dada a sua conformação com a realidade, tem também validade material.

É de salientar que:

- Qualquer pensamento verdadeiro implica a co-presença da validade formal e da validade material;
- A Lógica ocupa-se da validade formal do pensamento, enquanto as outras ciências se ocupam da validade material;
- Há raciocínios válidos formalmente, mas que partem de premissas falsas, decorrendo daí que, embora a inferência seja válida, não está garantida a verdade da conclusão;
- A validade formal é condição necessária para a determinação da verdade da conclusão, mas não condição suficiente. É preciso igualmente que se parta de premissas verdadeiras;
- Como a verdade implica a co-presença da validade formal e da validade material, as ciências não podem prescindir da Lógica, ou seja, de proceder em conformidade com os princípios e regras formais do pensamento;
- A Lógica é, conseqüentemente, um instrumento (*organon*) ao serviço de todas as outras ciências.

## Princípios Lógicos da Razão.

A coerência dos nossos pensamentos e a possibilidade de comunicação com os outros dependem do respeito por determinadas regras, das quais se destacam, pela sua importância, os chamados princípios lógicos da razão. Estes princípios constituem fundamento e condição de possibilidade da coerência do pensamento. Por exemplo, tudo o que pensamos e dizemos pressupõe o princípio de identidade ( $A \text{ é } A$ ), pois se falamos de uma mesa estamos a pressupor que a mesa é mesa; se a mesa não fosse mesa de que poderíamos estar a falar, de uma mesa ou de uma não-mesa? Convém lembrar que estes princípios da razão são pressupostos ..., são condições necessárias para assegurar a coerência do pensamento.

### PRINCÍPIO DE IDENTIDADE:

«uma coisa é o que é»

«uma proposição é equivalente a si mesma»

### PRINCÍPIO DA NÃO-CONTRADIÇÃO:

«uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo, segundo uma mesma perspectiva»

«uma proposição não pode, ao mesmo tempo e segundo a mesma perspectiva, ser verdadeira e falsa»

### PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO:

«uma coisa deve ser ou não ser; não há uma terceira possibilidade»

«uma proposição ou é verdadeira ou é falsa, não há um terceiro termo ou possibilidade»

## PRINCÍPIO DA RAZÃO SUFICIENTE:

«todo o ser inteligente tem a sua razão de ser»

«nada acontece sem que tenha uma causa ou pelo menos uma razão determinante»

## DICTUM DE OMNI ET NULLO:

«Tudo o que tem valor relativamente a todos, tem igualmente valor relativamente a alguns ou a particulares, e tudo o que não tem valor em relação a todos, também não tem valor relativamente a alguns nem relativamente a particulares.»

O princípio da identidade não nos diz quais são as propriedades de uma mesa, se ela é redonda ou quadrada, de madeira ou de metal; diz-nos somente que ela é ela mesma. De igual modo, o princípio da não contradição também nada esclarece acerca das propriedades da mesa, apenas refere que se ela é uma mesa, então não é, simultaneamente, uma não-mesa. O princípio do terceiro excluído exclui a possibilidade de existir uma outra alternativa, a mesa ou é mesa ou é não-mesa, e não há outra possibilidade.

## As três dimensões do discurso: sintaxe, semântica e pragmática.

São três os níveis de análise dos processos de comunicação humana por meio de sinais (processos semióticos): sintático, semântico e pragmático.

### 1. Sintática:

- Estuda as relações internas que os signos (palavras) mantêm entre si;
- Analisa as regras a que obedece a combinação ou articulação a) dos signos no interior dos sintagmas, b) dos sintagmas no interior das frases, c) das frases no interior dos enunciados e d) dos enunciados no interior do discurso.

## 2. Semântica:

1. Trata da relação dos signos (palavras e frases) com os seus significados (significação) e destes com a realidade a que se reportam (referência);
2. Tem por objectivo proporcionar a correcta utilização e interpretação dos signos, considerados em si mesmos e/ou combinados em enunciados e discursos;

## 3. Pragmática:

- trata dos signos na sua relação com os utilizadores, em função do contexto, das regras sociais, dos costumes, etc.;
- descreve os usos socialmente aceitáveis que os interlocutores podem fazer dos signos, tendo em vista o agir sobre os parceiros de comunicação.

Analisemos o seguinte exemplo:

"A visão do elefante é surpreendente."

Ainda que sintacticamente bem construída, a frase remete-nos para uma ambiguidade semântica inultrapassável pela pura análise do significado de cada um dos seus signos. Esta frase tanto pode significar "É surpreendente ver um elefante", como "Os elefantes têm a visão surpreendente". Só o contexto e o conhecimento dos usos linguísticos e das regras sociais (dimensão pragmática) permitirão a exacta interpretação do significado das frases e, através da interpretação destas, dos signos que as compõem. Assim, e dada a tridimensionalidade do discurso, os três domínios da Semiótica (ou Semiologia, ciência de todos os sistemas de signos) tornam-se interdependentes.

## NOÇÕES BÁSICAS DE LÓGICA:

*A primeira operação da mente é conceptualizar.*

*A segunda operação da mente é julgar.*

*A terceira operação da mente é raciocinar.*

Por isso,

Existem, na Lógica, três domínios principais:

A lógica do conceito.

A lógica do juízo.

A lógica do raciocínio.

### 1. O CONCEITO E O TERMO

O conceito é o elemento lógico básico do pensamento: sem conceitos não formamos juízos nem elaboramos raciocínios. É a representação mental de um ser/objecto ou de um conjunto de seres/objectos que possuem características comuns. Constroi-se mediante operações de análise, síntese, comparação, abstracção e generalização:

- porque temos capacidade de análise, somos capazes de separar mentalmente as partes de um objecto;
- porque temos capacidade de síntese, somos capazes de compor um todo reunindo as partes;
- porque somos capazes de comparar, podemos estabelecer mentalmente as semelhanças e as diferenças de objectos;
- porque temos capacidade de abstracção, somos capazes de separar o essencial do acessório;
- e, finalmente, graças à capacidade de generalização, somos capazes de reunir mentalmente os objectos num mesmo conceito.

O conceito expressa-se verbalmente num termo, ou seja, o conceito materializa-se num termo.



**EXTENSÃO DE UM CONCEITO:** a extensão de um conceito é formada pelo conjunto de objectos que ele designa. Por exemplo, a extensão do conceito "homem" inclui o Pedro, o Tiago, e o João, Platão, Newton, etc., isto é, o conjunto de "objectos", em número indeterminado, que é possível denominar como homens.

**COMPREENSÃO DE UM CONCEITO:** a compreensão de um conceito é constituída pelo conjunto das propriedades que o caracterizam e que são comuns a todos os objectos que formam a sua extensão. A compreensão do conceito "homem" é: ser vivo, vertebrado, mamífero, bípede, dotado de linguagem articulada, etc.

Nota: a compreensão e a extensão variam na razão inversa isto é, à medida que aumenta a extensão diminui a compreensão; à medida que diminui a extensão aumenta a compreensão.

**DEFINIÇÃO DE UM CONCEITO:** a definição lógica de um conceito consiste em determinar com rigor a sua compreensão exacta com o fim de o situar em relação a outros conceitos, classificando-o e distinguindo-o. Definir um conceito é simultaneamente especificar o significado de um termo.

A definição de um conceito deve obedecer a certas regras: a) o termo do conceito a definir não pode entrar no corpo da definição e também não se pode recorrer a palavras da mesma família; b) a definição tem que ser mais clara do que o definido; c) a definição deve convir inteiramente a todo o definido e só ao definido; d) a forma da definição não deve ser negativa, do tipo "x não é"; e) a definição deve fazer-se pelo género próximo e pela diferença específica (Homem = animal, racional); f) a definição deve ser tão breve quanto possível, sem prejudicar, no entanto, a compreensão necessária do conceito.

## 2. O JUÍZO E A PROPOSIÇÃO

Se a primeira operação da mente é conceptualizar, a segunda é formular juízos.

O juízo é uma operação racional que consiste em afirmar ou negar uma coisa de outra. É constituído habitualmente por três elementos: dois conceitos ou ideias e uma afirmação. Ex.: A mesa é redonda.

O conceito (mesa) do qual se afirma ou nega alguma coisa chama-se **sujeito**; o que se afirma ou nega do sujeito (redonda) chama-se **predicado** (ou atributo); a afirmação ou negação que consiste na atribuição ou não atribuição do predicado ao sujeito, levada a cabo pelo verbo, chama-se **cópula**. Sujeito e predicado constituem a matéria do juízo; a cópula constitui a forma. A fórmula clássica do juízo é : S é P.

O juízo exprime-se verbalmente na proposição, ou seja o juízo materializa-se na proposição.

### CLASSIFICAÇÃO DOS JUÍZOS:

|                 |              |                       |
|-----------------|--------------|-----------------------|
|                 | Universais   | - Todo o x é y        |
| 1. Quantidade { | Particulares | - Alguns x são y      |
|                 | Singulares   | - Este / Aquele x é y |
|                 | Afirmativos  | - x é y               |
| 2. Qualidade {  | Negativos    | - x não é y           |
|                 | Infinitivos  | - x é não-y           |

- Categóricos -  $x \text{ é } y$
3. Relação {  
 Hipotéticos -  $\text{se } x \text{ então } y$   
 Disjuntivo -  $\text{ou } x \text{ ou } y$
- Problemáticos - talvez  $x$  seja  $y$
4. Modalidade {  
 Assertóricos -  $x \text{ é } y$   
 Apodíticos -  $x \text{ é } y$ , necessariamente
5. Relação com experiência {  
 A priori - independente da experiência  
 A posteriori - dependente da experiência
6. Relação sujeito/predicado {  
 Analítico - (explicativo) o sujeito está contido no predicado.  
 Sintético - (extensivo) o sujeito não está contido no predicado.

### CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES:

- A** - todo  $s$  é  $p$  - universal afirmativa
- E** - nenhum  $s$  é  $p$  - universal negativa
- I** - alguns  $s$  são  $p$  - particular afirmativa
- O** - alguns  $s$  não são  $p$  - particular negativa

*O barbeiro de Sevilha faz a barba a todos os sevilhanos que não se barbeiam a si mesmos, e apenas a esses. O barbeiro de Sevilha barbear-se-á a si mesmo?*

### 3. INFERÊNCIAS

Inferir consiste em extrair uma ou várias proposições novas, portanto não conhecidas antes, de uma ou várias proposições já conhecidas. Às primeiras damos o nome de conclusões, às segundas o nome de premissas. Existem dois grupos distintos:

**INFERÊNCIAS IMEDIATAS** - aquelas que têm lugar a partir de uma única proposição:

➤ **Inferência por conversão:** a conversão consiste em inferir uma proposição de outra, transpondo-lhe os termos. Assim em vez de "S é P", teremos "P é S"

➤

Regra geral: A proposição não deve afirmar mais na forma invertida do que na forma primitiva.

Regras particulares:

#### 1. Proposições do tipo A - Conversão por limitação.

De uma proposição universal afirmativa (A) apenas se pode inferir uma proposição particular afirmativa. Ex.: "Todo o homem é vertebrado" converte-se em "Alguns vertebrados são homens".

#### 2. Proposições do tipo E - Conversão simples.

As proposições universais negativas são recíprocas e, por isso, convertem-se sem mudança. Ex.: "Nenhum europeu é americano" converte-se em "Nenhum americano é europeu".

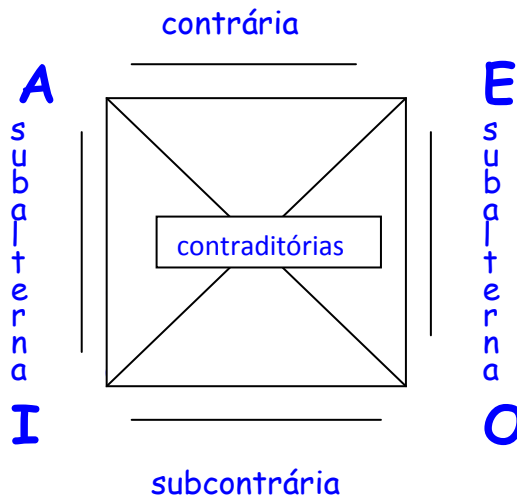
### 3. Proposições do tipo I - Conversão simples.

As proposições particulares afirmativas são recíprocas e, por isso, convertem-se sem mudança. Ex.: "Alguns homens são sábios" converte-se em "Alguns sábios são homens".

### 4. Proposições do tipo O - Conversão por negação.

Duma proposição particular negativa (O) convertemos para uma particular afirmativa (I) Ex.: "Alguns homens não são sábios" converte-se em "Alguns não-sábios são homens".

- **Inferência por oposição:** A combinação das proposições segundo a quantidade e a qualidade dá lugar a quatro modalidades ou tipos distintos de proposições cujas relações de oposição são de quatro géneros distintos.



## REGRAS DA OPOSIÇÃO:

- **Contraditórias** - duas proposições contraditórias não podem ser nem verdadeiras nem falsas ao mesmo tempo. Posso, pois, inferir da verdade de uma a falsidade da outra e vice-versa.
- **Contrárias** - da veracidade de uma, conclui-se necessariamente a falsidade da outra, pois não podem ser ambas verdadeiras. Todavia, da falsidade de uma não se pode concluir a falsidade ou veracidade da outra, pois podem ser ambas falsas ou então uma verdadeira e a outra falsa, isto é, da falsidade de uma nada se pode concluir.
- **Subcontrárias** - da falsidade de uma pode concluir-se a veracidade da outra, pois não podem ser ambas falsas. Mas da veracidade de uma nada se pode concluir acerca da outra, porque tanto pode ser verdadeira como falsa.
- **Subalternas** - da veracidade da universal conclui-se que a particular é necessariamente verdadeira, porque o que é verdadeiro do todo também o é da parte. Da veracidade da particular nada se pode concluir sobre a universal. Da falsidade da universal nada se pode concluir acerca da verdade ou falsidade da particular, pois esta tanto pode ser verdadeira como falsa. Da falsidade da particular conclui-se necessariamente a falsidade da universal, pois o que é falso de alguns também o é de todos.

Verdadeira  $\Rightarrow$  verdadeira

|   |   |
|---|---|
| A | I |
| E | O |

Falsa  $\Rightarrow$  falsa

|   |   |
|---|---|
| I | A |
| O | E |

Verdadeira  $\Rightarrow$  falsa

|   |   |
|---|---|
| A | E |
| E | A |
| A | O |
| E | I |
| O | A |
| I | E |

Falsidade  $\Rightarrow$  verdade

|   |   |
|---|---|
| A | O |
| E | I |
| O | A |
| I | E |
| I | O |
| O | I |

**INFERÊNCIAS MEDIATAS:** aquelas que têm lugar a partir de duas ou mais proposições.

- **Raciocínio indutivo** - operação racional mediante a qual se conclui uma verdade universal ou geral a partir de verdades particulares. Podemos distinguir dois tipos de indução: **a)** a indução formal aristotélica, que consiste em afirmar ou negar de uma totalidade de seres o que fora afirmado ou negado de todos e de cada um em particular. Ex.: verifica-se que a Filipa, a Rita, a Madalena, a Mafalda, a Tatiane, etc. estão de calças e conclui-se "Todas as raparigas do 11º G usam calças". **b)** a indução amplificante baconiana (Francis Bacon), que consiste em inferir uma verdade geral a partir das verdades particulares dos vários, não todos, casos constatados. Ex.: afirmamos que o calor dilata os corpos ou que os metais são bons condutores porque, das várias constatações particulares, concluímos a verdade daquelas proposições.

Note-se que enquanto a indução formal é totalizante ou completa, porque transforma a verdade de todos os casos particulares exaustivamente constatados numa verdade geral, ainda que não acrescente conhecimentos novos aos já sabidos, a indução amplificante apenas autoriza uma conclusão geral e provável.

- **Raciocínio por analogia** - a analogia é uma forma de argumento no qual, tendo-se constatado certas semelhanças entre objectos, se concluem outras semelhanças. Em esquema:

sabemos que os objectos A e B são semelhantes nos aspectos a, b e c.

Ora o objecto A revelou a característica e.

Logo, o objecto B também deve ter a característica e.

- **Raciocínio dedutivo** - o raciocínio dedutivo consiste em inferir com necessidade lógica de duas ou mais proposições (ditas antecedentes) uma outra proposição (dita consequente) que ou está contida naquelas (dedução silogística), ou é sua consequência lógica (dedução matemática).

A dedução silogística parte do mais geral para o menos geral. Trata-se de uma inferência puramente formal; limita-se a apresentar sob nova forma, verdades já conhecidas. Foi considerada, por isso, como estéril.

A dedução matemática conclui o geral do geral e permite a descoberta de verdades novas.

## ARGUMENTOS DEDUTIVOS E INDUTIVOS

### DEDUTIVOS

Todos os mamíferos são dotados de coração;

Todos os cavalos são mamíferos;

Logo, todos os cavalos são dotados de coração.

1. Se as premissas de um argumento dedutivo bem construído forem consideradas verdadeiras, a conclusão tem de ser verdadeira (é necessariamente verdadeira).
2. Se as premissas de um argumento dedutivo bem construído forem consideradas verdadeiras a conclusão tem de ser verdadeira (é necessariamente verdadeira).
3. Um argumento dedutivo não pode dizer mais na conclusão do que nas premissas (a informação contida na conclusão já está, pelo menos implicitamente, contida nas premissas.)
4. Quem aceita as premissas de um argumento dedutivo tem de aceitar a conclusão - a menos que seja incoerente.

Como o argumento dedutivo apenas explicita uma conclusão que está contida nas premissas, quem afirmar que as premissas são verdadeiras já está a afirmar que a conclusão é verdadeira - se não o fizer comete uma contradição.



## INDUTIVOS

Todos os cavalos até agora observados têm coração.

Logo, todos os cavalos são dotados de coração

1. Se as premissas são verdadeiras a conclusão é provavelmente verdadeira mas não necessariamente verdadeira.
2. A conclusão diz mais do que as premissas, isto é, a conclusão contém informação não presente, nem implicitamente, nas premissas.
3. Quem aceita o que dizem as premissas (ou o que diz a premissa) não tem necessariamente de aceitar o que diz a conclusão. O facto de a conclusão se estender a casos não verificados (de conter mais informação do que a dada nas premissas) faz do argumento indutivo um precioso instrumento de previsão, mas, por outro lado, a conclusão é apenas provável.

Por isso, aceitar as premissas e negar a conclusão não implica contradição.

## O SILOGISMO

*«O silogismo é um discurso no qual, tendo sido admitidas certas coisas, alguma coisa diferente destes dados resulta necessariamente apenas pelo facto destes dados.. "Pelo simples facto destes dados": quer dizer que é por eles que a consequência é obtida; por sua vez, a expressão "é por eles que a consequência é obtida" significa que nenhum termo estranho é requerido a mais para implicar a consequência necessária.»*

ARISTÓTELES

O silogismo é uma forma particular de raciocínio dedutivo e uma forma particular de inferência mediata. O silogismo regular é um raciocínio constituído por três proposições. Às duas primeiras chamamos premissas e à terceira, derivada necessariamente destas, chamamos conclusão.

## Exemplo:

|   |   |           |                  |     |
|---|---|-----------|------------------|-----|
| Todo o homem é mortal;<br>(antecedente) | ⇒ | Premissa  | Maior            | (ou |
| Sócrates é homem;<br>(antecedente)      | ⇒ | premissa  | menor            | (ou |
| Sócrates é mortal.                      | ⇒ | Conclusão | (ou consequente) |     |

Na **premissa maior** encontramos o **termo maior** (TM), aquele que tem maior extensão e que ocupa sempre o lugar de predicado na conclusão.

Na **premissa menor** encontramos o **termo menor** (tm), aquele que tem menos extensão e que ocupa sempre o lugar de sujeito na conclusão.

O **termo médio** é o intermediário entre o termo maior e o termo menor. É ele que permite a passagem das premissas à conclusão porque possibilita estabelecer uma dada relação entre S e P. Este termo figura nas duas premissas mas nunca pode entrar na conclusão.

## MODOS DO SILOGISMO:

1ª Figura (sujeito/predicado) - BARBARA, CELARENT, DARII, FERIO.

2ª Figura (predicado/predicado) - CESARE, CAMESTRES, FESTINO, BAROCO.

3ª Figura (sujeito/sujeito) - DARAPTI, DISAMIS, DATISI, FELAPTON, BOCARDO, FERISON.

4ª Figura (predicado/sujeito) - BRAMANTIP, CAMENES, DIMARIS, FESAPO, FRESISON.

## REGRAS DO SILOGISMO:

### ➤ Regras relativas aos termos:

1. O silogismo tem três termos e só três termos: o maior, o menor e o médio.
2. Nenhum termo pode ter maior extensão na conclusão do que nas premissas.
3. O termo médio nunca pode entrar na conclusão.
4. O termo médio deve ser tomado universalmente /em toda a sua extensão numa das premissas, pelo menos uma vez.

### ➤ Regras relativas às proposições:

1. Nada se pode concluir a partir de duas premissas negativas.
2. De duas premissas afirmativas não se pode tirar uma conclusão negativa.
3. De duas premissas particulares nada se pode concluir.
4. A conclusão segue sempre a parte mais fraca.